

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA/RN

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Contratação de empresa especializada para a disponibilização e gestão de créditos de energia elétrica, provenientes de unidades de microgeração e/ou minigeração distribuída de fonte renovável, especialmente solar fotovoltaica, no âmbito do sistema de compensação de energia elétrica (SCEE), na modalidade de geração compartilhada, conforme Lei nº 14.300/2022 e regulamentação da ANEEL, com vistas à compensação do consumo das unidades consumidoras vinculadas ao Município de Viçosa/RN, mediante aplicação de desconto sobre o valor da energia elétrica consumida, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Descrição do Item	Unidade	Qtde	VL. Anual Estimado	Percentual Mínimo de Desconto
1	Disponibilização de créditos de energia elétrica provenientes de microgeração e/ou minigeração distribuída de fonte renovável, especialmente solar fotovoltaica, no âmbito do sistema de compensação de energia elétrica (SCEE), com gestão e compensação nas unidades consumidoras do Município de Viçosa/RN, mediante aplicação de desconto sobre o valor da energia elétrica consumida. <i>Estimativa anual em kWh: 513.228.</i>	Serviço	1	R\$ 403.326,96	12,00%

- 1.2. O objeto desta contratação é caracterizado como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O prazo de vigência da contratação é de 5 (cinco) anos, contados da assinatura do instrumento de contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.3.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.
- 1.3.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 1.3.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 1.3.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual, conforme consta das informações básicas deste termo de referência.



3. DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Não será adotado o Sistema de Registro de Preços nesta contratação.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

4.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Sustentabilidade:

5.1.1. A contratação possui impacto ambiental positivo, ao promover o uso de energia proveniente de fonte renovável, contribuindo para a redução da emissão de gases de efeito estufa e para a sustentabilidade energética.

5.2. Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

5.2.1. Não haverá vedação de marca/produto na presente contratação.

5.3. Subcontratação

5.3.1. É vedada a subcontratação da gestão do objeto, sendo admitida a utilização de unidades geradoras próprias ou de terceiros, desde que sob responsabilidade integral da contratada.

5.4. Garantia da contratação

5.4.1. Não haverá exigência da garantia da contratação de que tratam os artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. Vistoria

5.5.1. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições gerais de execução

6.1. A execução do objeto consistirá na disponibilização contínua de créditos de energia elétrica, provenientes de unidades de microgeração e/ou minigeração distribuída de fonte renovável, com compensação nas unidades consumidoras vinculadas ao Município de Viçosa/RN, no âmbito do Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE), conforme legislação vigente.

6.2. A execução contratual deverá observar integralmente as disposições da Lei nº 14.300/2022, regulamentações da ANEEL e normas da concessionária local de energia elétrica.

6.3. O modelo de execução será baseado na lógica de pagamento por desempenho, vinculando-se a remuneração da contratada à efetiva economia gerada nas faturas de energia elétrica das unidades consumidoras.

Etapa de implantação



6.4. A contratada deverá, no prazo máximo de **30 (trinta) dias corridos**, contados da assinatura do contrato, promover a implantação da solução, compreendendo:

- 6.4.1. levantamento, validação e consolidação das unidades consumidoras a serem contempladas;
- 6.4.2. realização dos procedimentos necessários junto à concessionária para vinculação das unidades ao sistema de compensação;
- 6.4.3. definição da estratégia de alocação dos créditos energéticos;
- 6.4.4. adequação cadastral e operacional das unidades consumidoras;
- 6.4.5. disponibilização inicial dos créditos de energia.

6.5. A etapa de implantação não poderá gerar qualquer ônus adicional à Administração Pública.

Etapas de operação

6.6. A execução do objeto ocorrerá de forma contínua, durante toda a vigência contratual, compreendendo:

- 6.6.1. geração de energia elétrica nas unidades geradoras da contratada;
- 6.6.2. injeção da energia na rede da concessionária;
- 6.6.3. conversão da energia em créditos energéticos;
- 6.6.4. compensação automática nas faturas das unidades consumidoras do Município;
- 6.6.5. aplicação do desconto contratual sobre o valor da energia elétrica consumida.
- 6.6.6. A distribuição dos créditos deverá priorizar as unidades de maior impacto econômico.

6.7. A contratada deverá garantir a disponibilização de créditos em volume suficiente para atendimento, total ou parcial, do consumo das unidades indicadas, conforme estratégia de alocação definida.

6.8. A compensação deverá ocorrer de forma regular, contínua e sem interrupções que comprometam a economia esperada.

Monitoramento e gestão

6.9. A contratada deverá realizar a gestão integral da solução, incluindo:

- 6.9.1. monitoramento contínuo da geração e compensação de energia;
- 6.9.2. acompanhamento do desempenho da solução;
- 6.9.3. verificação da efetividade da compensação nas faturas;
- 6.9.4. ajuste na distribuição dos créditos conforme variação do consumo;
- 6.9.5. suporte técnico e operacional à Administração.

6.10. A contratada deverá disponibilizar **relatórios mensais**, contendo, no mínimo:

- 6.10.1. quantidade de energia gerada (kWh);



- 6.10.2. quantidade de energia compensada (kWh);
- 6.10.3. unidades consumidoras beneficiadas;
- 6.10.4. valores faturados pela concessionária;
- 6.10.5. percentual de desconto aplicado;
- 6.10.6. economia obtida no período.

Manutenção e suporte

- 6.11.A contratada será integralmente responsável pela operação, manutenção e desempenho das unidades geradoras, incluindo:
 - 6.11.1. manutenção preventiva e corretiva;
 - 6.11.2. correção de falhas e interrupções;
 - 6.11.3. garantia da performance mínima da solução;
 - 6.11.4. atendimento a eventuais demandas técnicas da Administração.
- 6.12. Não haverá responsabilidade do Município quanto à operação ou manutenção das unidades de geração.

Flexibilidade operacional

- 6.13.A solução deverá permitir, ao longo da execução contratual:
 - 6.13.1. inclusão ou exclusão de unidades consumidoras;
 - 6.13.2. alteração da distribuição dos créditos energéticos;
 - 6.13.3. adequação à variação do consumo das unidades;
 - 6.13.4. reconfiguração da estratégia de compensação.
- 6.14.As alterações poderão ser realizadas mediante solicitação da Administração, sem prejuízo da continuidade da execução.

Critério de medição

- 6.15.A medição dos serviços será realizada mensalmente, com base:
 - 6.15.1. nas faturas de energia elétrica emitidas pela concessionária;
 - 6.15.2. nos relatórios operacionais apresentados pela contratada;
 - 6.15.3. na quantidade efetiva de energia compensada (kWh).
- 6.16.A validação da medição será de responsabilidade da fiscalização contratual.

Condições de pagamento

- 6.17.O pagamento à contratada será efetuado mensalmente, condicionado à efetiva economia gerada.



6.18.O valor devido será calculado mediante aplicação do percentual de desconto ofertado sobre o valor da energia elétrica consumida, observado o desempenho da compensação.

6.19.Não será admitida cobrança de valores fixos desvinculados da economia obtida.

Prazo de execução

6.20.A execução dos serviços terá início após a assinatura do contrato e conclusão da etapa de implantação.

6.21.A vigência contratual deverá ser compatível com a natureza contínua do serviço, podendo ser estabelecida conforme legislação vigente, admitidas prorrogações.]

Encerramento da execução

6.22.Ao término do contrato:

6.22.1. não haverá incorporação de ativos ao patrimônio público;

6.22.2. não haverá passivos técnicos ou operacionais remanescentes;

6.22.3. a Administração poderá optar por nova contratação, renovação ou encerramento da solução.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

6.23.O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

7.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.



- 7.8. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 7.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 7.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 7.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

Gestor do Contrato

- 7.12. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.
- 7.13. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 7.14. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 7.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

- 8.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
 - 8.1.1. não produzir os resultados acordados,
 - 8.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
 - 8.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 8.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 8.3. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 8.4. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.
- 8.5. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.
- 8.6. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 8.7. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.



- 8.7.1. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)
- 8.7.2. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 8.7.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 8.8. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 8.9. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
 - 8.9.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
 - 8.9.2. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
 - 8.9.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
 - 8.9.4. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 8.10. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 8.11. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 8.12. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 8.13. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.
 - 8.13.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.14. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento.
- 8.15. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;
- 8.16. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 8.17. A Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.



- 8.18. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 8.19. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 8.20. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 8.21. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

Prazo de Pagamento

- 8.22. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.
- 8.23. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do seguinte índice de correção monetária:

EM = $I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)$$

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

Forma de Pagamento

- 8.24. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 8.25. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 8.26. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 8.26.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 8.27. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, exceto o ISS, que poderá ser retido na fonte. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

- 9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato, Termo de Referência e seus anexos;



- 9.2. Receber a execução do objeto nos prazos e condições estabelecidos, verificando a efetiva disponibilização e compensação dos créditos de energia elétrica nas unidades consumidoras;
- 9.3. Notificar o Contratado, por escrito, acerca de falhas, inconsistências ou irregularidades verificadas na execução do objeto, especialmente quanto à compensação de energia, para que sejam sanadas, no todo ou em parte, às suas expensas;
- 9.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, inclusive quanto à correta compensação dos créditos energéticos nas faturas das unidades consumidoras;
- 9.5. Comunicar o Contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura referente à parcela incontroversa da execução, para fins de liquidação e pagamento, quando houver divergência quanto à medição, conforme art. 143 da Lei nº 14.133/2021;
- 9.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, conforme critérios de medição e condições estabelecidas no contrato e no Termo de Referência;
- 9.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na legislação e neste Contrato, quando cabíveis;
- 9.8. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis em caso de descumprimento contratual;
- 9.9. Emitir decisão expressa sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, protelatórios ou sem relevância para a execução do ajuste;
- 9.10. A Administração terá o prazo de até 30 (trinta) dias, contados do protocolo do requerimento, para decidir, admitida prorrogação motivada por igual período;
- 9.11. Analisar e responder aos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro no prazo máximo de 30 (trinta) dias;
- 9.12. Notificar os garantidores, quando houver, acerca do início de processo administrativo para apuração de descumprimento contratual;
- 9.13. Comunicar o Contratado sobre eventual inclusão, exclusão ou alteração das unidades consumidoras vinculadas ao contrato, quando necessário à adequada execução do objeto;
- 9.14. Disponibilizar à Contratada as informações necessárias à execução do objeto, incluindo dados das unidades consumidoras, faturas de energia elétrica e demais elementos pertinentes;
- 9.15. A Administração não responderá por compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, nem por danos causados a terceiros decorrentes de atos do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 10.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, do Termo de Referência e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da adequada execução do objeto, observando, ainda, as seguintes obrigações:
 - 10.1.1. A contratada deverá garantir a compensação de 100% do consumo elegível mensal, salvo variações justificadas;
 - 10.1.2. Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo durante toda a execução do contrato, sendo facultada à Administração a exigência de sua substituição mediante justificativa;



- 10.1.3. Atender às determinações emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior, prestando todos os esclarecimentos e informações solicitados;
- 10.1.4. Responsabilizar-se integralmente pela geração, disponibilização e compensação dos créditos de energia elétrica, garantindo o pleno funcionamento da solução contratada;
- 10.1.5. Assegurar a compensação regular, contínua e eficaz dos créditos de energia nas unidades consumidoras vinculadas ao Município, conforme as regras do sistema de compensação de energia elétrica (SCEE);
- 10.1.6. Garantir desempenho mínimo da solução, de modo a assegurar a economia contratada, respondendo por eventuais falhas na geração ou compensação dos créditos energéticos;
- 10.1.7. Corrigir, às suas expensas e no prazo estabelecido pela fiscalização, quaisquer falhas, inconsistências ou irregularidades na execução do objeto, especialmente aquelas relacionadas à compensação de energia elétrica;
- 10.1.8. Responsabilizar-se por todos os danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes da execução do contrato, não sendo reduzida essa responsabilidade pela fiscalização ou acompanhamento contratual;
- 10.1.9. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau de dirigente ou agente público envolvido na gestão ou fiscalização do contrato, nos termos da legislação vigente;
- 10.1.10. Manter, durante toda a execução contratual, a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária exigida para a contratação;
- 10.1.11. Responsabilizar-se integralmente pelas obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato;
- 10.1.12. Disponibilizar relatórios mensais detalhados contendo, no mínimo, informações sobre energia gerada, energia compensada, unidades beneficiadas e economia obtida;
- 10.1.13. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência que possa comprometer a execução do objeto;
- 10.1.14. Disponibilizar suporte técnico e operacional durante toda a vigência contratual;
- 10.1.15. Realizar a gestão integral da solução, incluindo monitoramento, operação e manutenção das unidades geradoras, sem ônus adicional para a Administração;
- 10.1.16. Permitir e facilitar o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual, disponibilizando acesso às informações e documentos necessários;
- 10.1.17. Manter sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do contrato;
- 10.1.18. Arcar com todos os custos necessários à execução do objeto, incluindo aqueles decorrentes de operação, manutenção, encargos regulatórios e demais despesas relacionadas à geração e compensação de energia;
- 10.1.19. Cumprir a legislação aplicável ao setor elétrico, especialmente a Lei nº 14.300/2022, regulamentações da ANEEL e normas da concessionária de energia elétrica;



10.1.20. Adaptar a solução às alterações no perfil de consumo das unidades consumidoras, mediante solicitação da Administração;

10.1.21. Responder por eventuais insuficiências na geração ou compensação de créditos, adotando as medidas necessárias para recomposição do desempenho contratado.

11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- 11.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 11.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 11.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
- 11.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 11.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- 11.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 11.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato ou apresentar falhas de menor gravidade na execução do objeto, especialmente aquelas que não comprometam de forma relevante a compensação de energia elétrica ou a economia esperada;
 - ii. **Impedimento de licitar e contratar**, pelo prazo previsto em lei, quando o contratado praticar condutas que evidenciem inexecução parcial relevante, descumprimento contratual reiterado ou falhas que comprometam a regularidade da compensação dos créditos de energia elétrica;
 - iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando o contratado praticar infrações graves, tais como inexecução total do contrato, fraude, comportamento inidôneo ou descumprimento que gere prejuízo significativo à Administração.
 - iv. **Multa**, que poderá ser aplicada isolada ou cumulativamente com as demais sanções, conforme abaixo:
 - a. **Multa moratória**, de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, limitada a 20 (vinte) dias;
 - b. **Multa moratória**, de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o limite de 10% (dez por cento), nos casos de atraso na apresentação ou recomposição de garantia, quando exigida.
- i. O atraso superior a 20 (vinte) dias poderá ensejar a extinção do contrato por descumprimento, nos termos do art. 137, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.



- c. **Multa compensatória**, de 15% (quinze por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, nos casos de inexecução total.
- d. **Multa compensatória**, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do contrato, nos casos de descumprimento relevante das obrigações contratuais.
- e. **Multa compensatória**, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato, nos casos de falhas na execução que comprometam a eficiência da compensação de energia elétrica ou a economia prevista.
- f. **Multa específica por desempenho**, de até 10% (dez por cento) sobre o valor mensal da contratação, nos casos de não atingimento injustificado da compensação mínima de energia ou da economia contratada, conforme parâmetros estabelecidos no Termo de Referência.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

11.6.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.6.2. as peculiaridades do caso concreto;

11.6.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.6.4. os danos que dela provierem para o Contratante;

11.6.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).



- 11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)
- 11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)
- 11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

I – Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 12.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Pregão Eletrônico, com a seguinte fundamentação legal: Lei Federal nº 14.133/2021. Será adotado para a seleção o critério de julgamento pelo Maior Desconto.

III – Exigências de habilitação

- 12.2. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:
- 12.2.1. SICAF;
- 12.2.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- 12.2.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 12.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;
- 12.4. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 12.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 12.6. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.



- 12.7. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 12.8. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 12.9. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 12.10. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

- 12.11. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 12.12. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 12.13. **Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 12.14. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 12.15. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária -** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 12.16. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitações fiscal, social e trabalhista:

- 12.16.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 12.16.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 12.16.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);



- 12.16.4.declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 12.16.5.prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 12.16.6.prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 12.16.6.1. caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

Habilitação econômico-financeira:

- 12.17. Certidão Negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101, de 9.2.2005) expedida pelo distribuidor da sede da empresa, que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. Caso não esteja expresso na certidão o seu prazo de validade, será considerada válida a certidão datada dos últimos 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura das propostas.
- 12.18. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
- 12.18.1.índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- 12.18.2.as empresas criadas no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 12.18.3.Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 12.18.4.Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 12.18.5.O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.
- 12.18.6.Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

Habilitação técnica:

- 12.19. Declaração do fornecedor atestando acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 12.20. Apresentar no mínimo um Atestado(s) de Capacidade Técnica Operacional, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que o licitante realizou a prestação de serviços de disponibilização de energia elétrica ativa injetada para fins de compensação, mediante Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE), na modalidade geração compartilhada.



- 12.20.1. Para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, o fornecedor deverá demonstrar a execução anterior de serviços compatíveis com o objeto desta contratação, em quantitativo mínimo equivalente a 50% (cinquenta por cento) do consumo estimado elegível, expresso em kWh, admitida a soma de atestados, desde que idôneos e capazes de demonstrar a aptidão para o desempenho da atividade, ou seja, de no mínimo 256.614 kWh/ano.
- 12.20.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
- 12.20.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 12.20.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Comprovação de regularidade do produto junto a órgãos regulamentadores:

- 12.21. Apresentar registro ou inscrição da empresa junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho Profissional competente, quando aplicável, compatível com as atividades relacionadas ao objeto da contratação;
- 12.22. Apresentar registro ou inscrição do responsável técnico junto ao CREA ou conselho profissional competente, com atribuições compatíveis com atividades de geração, operação ou gestão de energia elétrica;
- 12.22.1. A licitante deverá comprovar que possui responsável técnico habilitado, podendo ser engenheiro eletricista ou profissional com atribuição equivalente, devidamente registrado no conselho profissional competente;
- 12.22.2. A comprovação do vínculo do responsável técnico com a empresa poderá ser realizada por meio de:
- 12.22.2.1. contrato de trabalho registrado na Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;
 - 12.22.2.2. contrato de prestação de serviços vigente;
 - 12.22.2.3. contrato social ou documento equivalente que comprove vínculo societário;
 - 12.22.2.4. declaração de disponibilidade futura, desde que acompanhada de compromisso formal de vinculação para execução do contrato;
- 12.23. O responsável técnico indicado deverá participar da execução contratual, especialmente no que se refere à supervisão técnica, monitoramento da geração e garantia do desempenho da solução;
- 12.24. Será admitida a substituição do responsável técnico, desde que previamente comunicada e aprovada pela Administração, mediante comprovação de qualificação técnica equivalente ou superior;

13. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 13.1. O valor estimado da contratação, com base no Estudo Técnico Preliminar, corresponde ao montante anual de R\$ 354.927,84 (trezentos e cinquenta e quatro mil, novecentos e vinte e sete reais e oitenta e quatro centavos), obtido a partir do custo anual estimado com energia elétrica de R\$ 403.326,96, considerando a aplicação de desconto médio estimado de 12%, conforme metodologia prevista no art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e regulamentações aplicáveis, sendo adotado, para fins de julgamento das propostas, o critério de maior desconto incidente sobre o valor da fatura de energia elétrica das unidades consumidoras.



14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. A contratação será atendida através de dotação orçamentária a ser indicada pela Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, devendo estar consignada no orçamento vigente.

Viçosa/RN, nesta data.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO:

Armando Vicente Rodrigues Filho
Secretaria Municipal de Administração
Portaria nº 031/2025

Michel da Costa Soares
Chefe de Fiscalização Geral
Matrícula: 19090975

Nadja Natália Santos
Assessor de Gabinete
Matrícula: 19090980





Termo de Referência.pdf

Código do documento: DOC-E33141B9-3649-4411-93F1-1FF6409560EB

Hash SHA256: fc3efffb2434fd5ca45cd559c793200a2d4fee9bb686b38105b0593282f3a326

Hash SHA512: d96a0fdbea7638aac20cf1d73f1723beba8ef0855b3b38cfed1de6470e6999b3c057266157f7b859ea41c7b77fe3d5fa533e5395f509928c3cac2a3b1cd5aab



Assinaturas



NADJA NATÁLIA SANTOS - E-mail: vicosa:nadja - IP: 172.31.27.75 -
Documento de identificação informado(CPF): 01397835478 - Geolocalização:
Não informado - Data: 2026-05-05 14:40:21-03:00 - Navegador: Chrome -
Sistema Operacional: AndroidOS.

Nadja Natália Santos



MICHEL DA COSTA SOARES - E-mail: vicosa:michel - IP: 172.31.4.225 -
Documento de identificação informado(CPF): 01026919401 - Geolocalização:
Não informado - Data: 2026-05-05 14:41:37-03:00 - Navegador: Chrome -
Sistema Operacional: Windows.

Michel Da Costa Soares



ARMANDO VICENTE RODRIGUES FILHO - E-mail: vicosa:armando - IP:
172.31.27.75 - Documento de identificação informado(CPF): 08369573428 -
Geolocalização: Não informado - Data: 2026-05-05 14:42:12-03:00 -
Navegador: Firefox - Sistema Operacional: Windows.

Armando Vicente Rodrigues Filho